

Os integralistas de Santa Catarina e a sucessão estadual de 1939

The integralists of Santa Catarina and the 1939 gubernatorial succession



GRAPER, Wesley dos Santos*

 <https://orcid.org/0000-0002-3382-0705>

RESUMO: O objetivo do presente artigo foi mapear a articulação dos integralistas para as eleições de 1938 e, particularmente, de 1939, além de avaliar as expectativas do corpo editorial do jornal A Notícia, de Joinville, em relação às movimentações da Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado e suas chances de vitória. Metodologicamente, foram analisadas 29 reportagens publicadas pelo periódico entre janeiro e novembro de 1937. Além disso, mobilizaram-se algumas proposições teóricas quanto ao fenômeno eleitoral e sua relação com o tempo na ação política. A análise documental revelou a preparação dos integralistas em Santa Catarina para as eleições de 1938, sua antecipação para a sucessão estadual de 1939 e o temor da imprensa diante da possibilidade de uma vitória da AIB no estado, chegando a sugerir formas de intervenção no processo.

PALAVRAS-CHAVE: Integralismo; Imprensa; Eleições de 1938; Eleições de 1939; Santa Catarina.

ABSTRACT: The objective of the present article was to map the articulation of integralists for 1938 and, particularly, 1939 elections, and furthermore to assess the expectations from the editorial staff of the newspaper A Notícia, from Joinville, regarding the Brazilian Integralist Action's (AIB) movements in the state and its chances of electoral victory. Methodologically, were analysed 29 reports published by the journal between January and November 1937. Besides, some theoretical propositions were mobilized concerning the electoral phenomenon and its relationship with time and political action. The documental analysis revealed the integralists' preparations in Santa Catarina for 1938 elections, their anticipation for the gubernatorial succession of 1939, and the press's fear of a possible victory of AIB in the state, even suggesting forms of intervention in the process.

KEYWORDS: Integralism; Press; 1938 Elections; 1939 Elections; Santa Catarina.

*Recebido em: 24/10/2024
Aprovado em: 18/03/2025*

* Graduado em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville - SC. Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis - SC. Bolsista da Fundação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: wesleygraper06@gmail.com.



Considerações iniciais

A Ação Integralista Brasileira (AIB) instalou os primeiros núcleos em Santa Catarina no primeiro semestre de 1934 — pouco menos de dois anos depois da fundação oficial do movimento por Plínio Salgado em outubro de 1932 e logo após o I Congresso Nacional da AIB, realizado em fevereiro de 1934, em Vitória, Espírito Santo. Os núcleos catarinenses foram criados em diferentes cidades sem nenhum tipo de conexão premeditada. Os primeiros apareceram em Itajaí, Florianópolis e Joinville entre os meses de janeiro e maio. No segundo semestre, por volta do mês de agosto, o movimento se encontrava bem distribuído por todas as regiões do estado (Falcão, 1999; Hackenhaar, 2019).

Ainda que influenciado pela tradição do pensamento autoritário e nacionalista brasileiro, bem como pela doutrina social da Igreja Católica (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020), o integralismo se desenvolveu especialmente em um contexto da circulação internacional de ideias fascistas, em curso nas décadas de 1920 e 1930. As principais correntes políticas internacionais que influenciaram a formação do movimento foram a Ação Francesa, o integralismo lusitano e o fascismo italiano.¹ Representantes da AIB com frequência se enxergavam como representantes no Brasil dos movimentos fascistas em voga na Europa, embora se esforçassem para demonstrar sua originalidade (Gonçalves; Pacheco; Rosa, 2023). O integralismo propunha a criação de um Estado Integral, um regime corporativista e autoritário que rejeitava tanto o liberalismo quanto o comunismo. Inspirado no modelo fascista, defendia um governo centralizado, com um chefe supremo, Plínio Salgado. Em março de 1935, no congresso de Petrópolis, foi efetivamente transformado em partido político (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Ainda em 1934, os camisas verdes em Santa Catarina resolveram disputar vagas para a Assembleia Constituinte estadual vindoura. Apesar de não elegerem representantes, a AIB foi o fiel da balança do pleito, com os votos recebidos pela agremiação configurando-se como decisivos para o resultado, com a proeminência do Partido Liberal Catarinense (PLC), chefiado pela família Ramos, oriunda do planalto de Lages (Zanelatto, 2009; Hackenhaar, 2019).

¹ A Ação Francesa era um movimento católico e monarquista, precursor no conservadorismo organizado. Influenciou fortemente o integralismo lusitano. Ambos se baseavam nos moldes de organização social propostos pela doutrina social da Igreja elaborada pelo papa Leão XIII, cujo marco foi a encíclica *Rerum Novarum de 1891*. O fascismo italiano era o movimento político criado por Benito Mussolini no pós-Primeira Guerra Mundial e defendia bandeiras como o nacionalismo, corporativismo e o uso da violência contra o comunismo e o liberalismo. Foi instaurado como regime político na Itália em 1922 (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

As elites do Vale do Itajaí, sobretudo a família Konder, identificada com o Partido Republicano Catarinense (PRC), cujo eleitorado residia majoritariamente nas regiões de colonização germânica e italiana (Vale do Itajaí e Norte do estado), desde o crescimento inicial do integralismo perderam significativamente sua força de representação política. Essa perda de força vinha ocorrendo desde o momento em que o PRC fora arrancado do poder em 1930 pelo partido. Adolpho Konder governara de 1926 a 1930 e seu sucessor, Fulvio Aducci, chegou a assumir, mas em pouco tempo foi deposto. Logo, foram os republicanos os primeiros a expressar seus desafetos pelos integralistas, especialmente ao longo de 1934 e 1935 (Hackenhaar, 2019).

Santa Catarina, em termos proporcionais, veio a ser um dos estados com o maior número de adesões à AIB. As explicações para o integralismo ter angariado ampla aceitação neste estado podem ser divididas entre motivações de caráter político, econômico e cultural, já discutidas de maneira aprofundada por diferentes autores dedicados ao tema (Cf. Trindade, 1979; Gertz, 1987; Zanelatto, 2007; Falcão, 1999; Hackenhaar, 2019). Essas motivações não propriamente se hierarquizavam, mas se entrelaçavam e se sobrepunham. Era possível todos esses fatores estarem presentes em um único integralista ou apenas um deles ser suficiente para despertar o interesse pelo movimento.

Quanto aos fatores políticos, destaca-se o ostracismo do PRC desde 1930, junto de sua incapacidade de impor-se como referência política para seu antigo eleitorado, localizado majoritariamente nas “zonas coloniais”, bem como a incompatibilização deste mesmo eleitorado com o PLC, representado pela família Ramos, em virtude de medidas retaliativas promovidas em razão do resultado eleitoral para a Constituinte Federal. Tais medidas, levadas a cabo pelo interventor Aristiliano Ramos no início de 1934 contra as regiões de colonização eram: exigência de domínio da língua portuguesa em escolas particulares, aumento de impostos sobre o capital e a divisão de Blumenau. Além do mais, promessas das lideranças de 1930 não foram efetivadas na região Norte e Vale do Itajaí, gerando sentimentos de desilusão política na população. Muitos então passaram a desacreditar na capacidade de a democracia liberal resolver os seus problemas. O integralismo, para esses grupos, surgiu como uma nova opção de participação política, oposta às elites tradicionais do estado.

A respeito das motivações de caráter econômico, frações significativas dos integralistas eram jovens pequenos proprietários em ascensão social, oriundos do meio rural e urbano. Esses grupos passaram por um processo de dinamização econômica após a Primeira

Guerra Mundial e ansiavam por maior participação política diante da dominação das elites rurais e industriais do estado. Ao se apresentar como um movimento novo e contra a política tradicional, o integralismo supriu esses desejos. Sua base em Santa Catarina era composta por profissionais liberais (advogados, jornalistas, médicos, professores), funcionários públicos (militares e civis), trabalhadores assalariados (sem vínculo fixo ou empregados no comércio), assalariados de baixa qualificação (operários), pequenos empresários (farmacêuticos, por exemplo), estudantes (particularmente do ensino superior de Florianópolis) e, sobretudo, pequenos proprietários urbanos e rurais. Entre esses últimos, parte majoritária, havia uma inclinação a ideias extremistas de direita embebidas de febril anticomunismo.

Referente às razões culturais, os descendentes de estrangeiros, ítalos e, em especial, teuto-brasileiros (geralmente não pertencentes às camadas da elite industrial), eram vistos politicamente como cidadãos de segunda classe. O integralismo, particularmente nas regiões do Norte e Vale do Itajaí, permitiu uma integração desses grupos sem que eles necessariamente precisassem abrir mão ou conservar intransigentemente seus costumes tradicionais. A integração completa à nação brasileira era destinada ao futuro. Haveria um lugar reservado para eles no Estado Integral. No integralismo, os descendentes de estrangeiros poderiam ser bons patriotas, nacionalistas, sem deixar de conservar o *deutschtum* (germanidade) ou a *italianita* (italianidade). Não se deve descartar também o espiritualismo e o conservadorismo católico, mais forte nas regiões do litoral catarinense, com predominância luso-brasileira.

A AIB demonstrou sua força em Santa Catarina por meio de desfiles uniformizados e, especialmente, no I Congresso Integralista das Províncias Meridionais, realizado em Blumenau, em outubro de 1935. A escolha da cidade refletiu o crescimento do movimento no estado. O evento mobilizou infraestruturas de transporte para garantir a presença de militantes de diversas regiões do país, elevando o ânimo dos camisas verdes e impulsionando a difusão integralista. O congresso ocorreu próximo às primeiras eleições municipais após a Revolução de 1930, um marco para o regime supostamente democrático instaurado com a Constituição de 1934. Em Santa Catarina, o pleito estadual foi definido para março de 1936. No contexto eleitoral, os integralistas enfrentaram repressões do governador de Nereu Ramos (eleito indiretamente ao fim da constituinte estadual, em maio de 1935), cujo objetivo era dificultar a atuação da AIB. Inicialmente, o integralismo era a terceira maior força política do estado, mas, após as eleições, superou o PRC, tornando-se a segunda maior e a principal rival

das elites tradicionais — os Konder, do Vale do Itajaí, e os Ramos, do planalto de Lages (Zanelatto, 2007; Hackenhaar, 2019).

Além de vários juízes de paz e 72 vereadores eleitos em todos os cantos do estado, os integralistas fizeram 8 prefeitos na região Norte e Vale do Itajaí nas eleições daquele ano. As cidades onde conquistaram as prefeituras foram Jaraguá do Sul (Leopoldo Augusto Gerent), Joinville (Aristides Largura), Blumenau (Alberto Stein), Rio do Sul (Mateus Conceição), Timbó (Carlos Brandes), Hamônia (Frederico Schmidt), São Bento do Sul (Antonio Venera dos Santos) e Brusque (Adolpho Walendowsky). De modo a fragmentar a força da AIB em Timbó, em 14 de março de 1937 foi emancipado o distrito de Rodeio. Novas eleições foram realizadas, mas, para infelicidade do governador e do PLC, novamente vencerem os integralistas (Angelo Tomelim), embora foram impedidos de assumir. Na região Sul, o integralismo se apresentou bem articulado ao conseguir vereações e apresentar número significativo de votos em algumas cidades. Certas disputas só foram perdidas por uma margem relativamente baixa de votos, como em Campo Alegre, Orleans e Araranguá (Gertz, 1987; Zanelatto, 2007, 2022; Hackenhaar, 2019). Ao que tudo indica, a AIB encontrava-se em pleno processo de crescimento no estado até o ano de 1937. Foi exemplar, em março, dois mil camisas verdes teuto-brasileiros terem prestado juramento ao sigma (Hilton, 1977).

A título de comparação, nas eleições de 1935, no Paraná, os integralistas conseguiram eleger 21 vereadores e apenas 1 prefeito, na cidade de Teixeira Soares (Athaides, 2022). Por sua vez, no Rio Grande do Sul, houve apenas a eleição de alguns vereadores e nenhum prefeito (Gertz, 1987). Em todo o Brasil, a AIB conseguiu fazer 22 prefeitos (Hilton, 1977). É notável como, entre os estados do sul visto a partir da escala nacional, havia algo de particular em Santa Catarina. Essa recepção positiva ao integralismo, de todo modo, não passou despercebida.

Em setembro de 1936, Nereu Ramos intensificou a repressão aos integralistas: proibiu uniformes e símbolos e ordenou o fechamento da sede da AIB em Florianópolis. Para legitimar suas ações em um contexto pretensamente democrático, amparou-se no Estado de Guerra decretado em março, em virtude do levante de 1935. Em outubro, confrontos violentos resultaram na morte de integralistas pela polícia na cidade de Jaraguá. Desde as vitórias da AIB em março, Nereu associava o movimento ao “hitlerismo”. Com o tempo, seus adversários perceberam os interesses políticos por trás das medidas e passaram a criticá-lo na imprensa,

enquanto ele recorria à mídia nacional para reforçar o discurso do “perigo nazista” em Santa Catarina, do qual o integralismo, segundo ele, fazia parte (Hackenhaar, 2019).

Entre os conflitos de outubro de 1936 e o carnaval de 1937, os ânimos se acalmaram. Em virtude de algumas discussões entre o chefe provincial da AIB, Othon Gama d’Eça, o governador Nereu Ramos e o Secretário de Segurança Pública Claribalte Galvão, novas medidas violentas ocorreram em fevereiro de 1937, desta vez em Blumenau, resultando em algumas pessoas feridas (Hackenhaar, 2019). Foi nesse cenário marcado por tensões que os integralistas catarinenses se mobilizaram para as eleições para presidente, Câmara e Senado que iriam ocorrer em janeiro de 1938, e para a sucessão governamental do estado, que ocorreria, sem data certa, em 1939 — episódio não discutido por nenhum dos autores aqui citados.

O debate em torno da sucessão presidencial foi aberto em princípios de 1936. As eleições eram vistas como uma forma de transição para uma nova fase democrática após o governo provisório que se seguiu à Revolução de 1930 e à constituição de 1934. O período, entretanto, foi marcado por uma forte polarização política entre forças antagônicas. O pleito estava marcado para janeiro de 1938 e até meados de setembro, a campanha dos presidenciais seguia a todo vapor pelo país, com a realização de comícios e discursos. Em dezembro de 1936, havia se apresentado como candidato o paulista Armando de Salles Oliveira. Em janeiro, foi lançada a candidatura do paraibano José Américo de Almeida. Somente em junho, o paulista Plínio Salgado entrou na disputa (Camargo *et al*, 1989). Em diferentes regiões do país, integralistas se mexeram para a campanha do Chefe Nacional, mas não se identificaram investigações que tenham demonstrado alguma antecipação dos camisas verdes para as eleições que decidiriam os novos líderes dos executivos estaduais (Moraes, 2012; Fagundes, 2024).

Segundo as disposições transitórias da constituição estadual de 1935 (Santa Catarina, 1935, p. 39), o mandato do governador eleito indiretamente na assembleia constituinte se encerraria, após quatro anos de administração, em 1º de maio de 1939. Presume-se que as eleições para a sucessão estadual iriam ser organizadas por algum decreto e, possivelmente, ocorreriam entre janeiro de 1938 e maio de 1939. No fim do primeiro semestre de 1937 — isto é, cerca de um ano antes do pleito —, além de se engajarem na campanha de Salgado e definirem nomes para a Câmara e Senado, alguns integralistas em Santa Catarina se

anteciparam ao se mobilizarem nos bastidores para as ainda incertas eleições estaduais de 1939.

Para compreender esse episódio, metodologicamente foi necessário analisar edições diárias do jornal *A Notícia*, sediado em Joinville, no recorte de fevereiro a novembro de 1937. Os exemplares consultados se encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O periódico não possuía coluna específica dedicada à política, logo, foi preciso indiscriminadamente folhear cada página à procura do debate eleitoral, particularmente com referência aos integralistas. Da análise de 29 reportagens consideradas pertinentes, buscou-se mapear a articulação dos integralistas para os pleitos vindouros e medir quais eram as expectativas do corpo editorial do periódico joinvilense quanto à organização e eventuais sucessos da AIB.

A imprensa, com base nas considerações de Tânia Regina de Luca (2020), foi tomada como um importante personagem que, mais que mero transmissor de informações, visava intervir na vida política da sociedade. Ao mesmo tempo, ao passo das indicações da autora, o jornal foi também utilizado como meio de acesso, ainda que filtrado por interesses editoriais, à agência dos atores sociais pretéritos. Ademais, na esteira das sugestões teóricas de René Rémond (2003), as atenções foram direcionadas aos comportamentos eleitorais, de modo a revelar o “estado de espírito” dos integralistas e da imprensa de oposição, e à forma como ambos buscaram projetar determinadas possibilidades de futuro, conforme ensinou Koselleck (2006).

Boatos sobre a necessidade de um acordo político e a antecipação integralista

Na tarde de 27 de fevereiro, Tito Carvalho, jornalista e diretor do jornal *Diário da Tarde*, de Florianópolis, esteve em Joinville e trocou algumas palavras com os representantes de *A Notícia* (O jornalista [...], 1937, p. 8). Fundado em 1923, de propriedade e dirigido pelo jornalista paranaense Aurino Soares, *A Notícia* era uma folha acostumada a emitir posicionamentos políticos (Ternes, 1983). Ideologicamente, pelos seus editoriais se nota como a Alemanha de Hitler era tratada com bastante entusiasmo e o integralismo atacado com veemência. No ano de 1937, o governo de Nereu Ramos vinha recebendo elogios do jornal e seu candidato à presidência era Armando de Salles. Aurino, conforme ex-funcionários (Ternes, 1983), tinha pouca instrução e embora ditasse seus textos aos colaboradores mais próximos,

como Raul Fernandes de Heráclito Lobato, centralizava os posicionamentos da folha ao seu gosto.

O interesse do órgão joinvilense na entrevista com Tito Carvalho estava na possibilidade de o jornalista fornecer informações sobre um suposto “acordo na política estadual”. Em tom camarada e com sorriso no rosto, Carvalho respondeu: “A notícia do acordo de que me fala está em numerosos pontos do Estado. Na capital [Florianópolis], porém, não passa de palestra de café, onde, em regra, as impressões têm a duração do cavaco passageiro”. Dentro dos conhecimentos do jornalista do *Diário de Tarde*, nada existia em torno de algum acordo entre os opositores (PRC) e o situacionismo estadual (PLC). A resposta de Tito Carvalho ao repórter de *A Notícia* se estendeu nos seguintes termos:

É natural que se troquem impressões entre liberais e republicanos, ou coligados. Impressões pessoais, de resto. *Sei que se prevê essa união de forças em face do integralismo. Diz-se mesmo que, se os partidos se mantiveram divididos, os camisas verdes, que são uma força ponderável, vencerão no próximo pleito [estadual]. Assim, pois, a união questionada formaria um bloco de resistência.* Isso, quanto ao que se fala. Mas, em relação a um acordo partidário efetivo, sou dos que pensam que não há negociações mínimas. A oposição catarinense mantém pontos de vista de orientação político-administrativa inteiramente diferentes dos que o situacionismo adotou. O caso não poderá, além disso, ser resolvido por A ou por B, isto é, por um ou por outro chefe político isoladamente (O jornalista [...], 1937, p. 8, grifo próprio).

Desde o início da década de 1920, surgiram divisões dentro do PRC, o único partido que predominava em Santa Catarina durante a Primeira República. Em 1927, Nereu Ramos, do planalto de Lages, ao herdar a oposição política iniciada por seu pai, Vidal Ramos, fundou o PLC. Já em 1926, a família Konder, do Vale do Itajaí, assumira a posição antes ocupada pela ala do PRC liderada por Hercílio Luz, ala à qual os Ramos se opunham desde o começo da referida década. Nesse período, Adolpho Konder fora governador e, nas eleições de 1930, Fulvio Aducci, também do PRC, elegera-se governador, apesar de logo ter sido deposto. Na segunda metade dos anos 1920, consolidou-se uma duradoura rivalidade entre essas duas famílias. Nos anos 1930, após a Revolução, novas dissidências surgiram entre as principais lideranças civis do movimento no estado — Nereu Ramos, seu primo Aristiliano Ramos e Henrique Rupp Junior (Corrêa, 1984).

As palavras de Carvalho deixavam evidentes as razões dos boatos em torno de um possível acordo entre estes políticos dissidentes, liberais e republicanos: o temor quanto a

uma possível vitória do integralismo no futuro pleito estadual de 1939. Porém, a possibilidade de aliança encontrava entraves nos distintos projetos representados pelas mais proeminentes correntes políticas estaduais, simbolizadas pelo PLC e o PRC, salvo o próprio integralismo. Tito Carvalho alegava, em contrapartida, não existir mal “em que se aluda a um pseudo futuro acordo. Nem mesmo tudo é impossível”. Porém, garantia qualquer alegação nesses tons tratar-se unicamente de boato. Nas palavras dos editorialistas de *A Notícia*, aquele boato circulava com cores sensacionalistas, porém, “à força de ser repetido, pode luzir, ainda, como inesperada verdade...” (O jornalista [...], 1937, p. 8).

Àquela altura, Plínio Salgado nem sequer era candidato à Presidência da República (Camargo *et al*, 1989) e *A Notícia* divulgava apenas a possibilidade do líder da AIB apoiar algum dos presidenciáveis (Sensacional! [...], 1937, p. 1). Em fins de abril, o jornal divulgou o plebiscito a ser realizado pela AIB, marcado para 23 de maio, que decidiria quem seria o candidato a receber apoio do partido (O sr. Plínio [...], 1937, p. 1). No cenário político nacional, os partidários de uma agremiação poderem escolher seu candidato era uma novidade. Isso permitiu à AIB se apresentar como democrática na disputa eleitoral. Inegavelmente, “[...] o plebiscito contribuiu para oxigenar o partido e despertou o entusiasmo da militância” (Fagundes, 2024, p. 332).

Foi divulgado que, em Florianópolis, os votos do plebiscito variavam entre Salgado e Gustavo Barroso (Da capital [...], 1937, p. 10). Para *A Notícia*, aquela votação “nada mais significou que uma homologação da candidatura sugerida pelo sr. Plínio Salgado, o que está exatamente de acordo com a referida doutrina [da AIB], onde o chefe nacional decide soberanamente” (Plebiscito [...], 1937, p. 1). Plínio Salgado entraria efetivamente na corrida pelo pleito de 1938 a 15 de junho de 1937, conforme divulgou *A Notícia* no dia 3 daquele mês (O futuro [...], 1937, p. 3). A AIB foi o primeiro partido a garantir registro junto ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em 25 de junho. Estava lançado pela primeira vez um presidenciável de extrema-direita no país (Fagundes, 2024).

No dia 13, um grupo de integralistas pertencentes à chefia provincial, acompanhados de Othon Gama d’Eça, foi ao palácio do governo em Florianópolis para ter uma audiência com o governador. O objetivo era comunicar a Nereu Ramos o lançamento da campanha de Salgado. O chefe provincial, assim, esperava que “nos sejam asseguradas todas as garantias que a lei outorga aos partidos políticos regulares”. Aproveitou para reiterar que os direitos políticos da AIB seriam exercidos dentro da ordem e respeito aos poderes da República. Nereu

agradeceu o comunicado e prometeu que, embora tivesse candidato e fosse um liberal-democrata, as liberdades dos adversários seriam garantidas. “Sou visceralmente contra toda e qualquer violência. [...] De antemão estou certo de que o pleito, em nosso Estado, correrá sereno e em completa paz”, completou o governador (O governador [...], 1937, p. 1 e 6).

As campanhas eleitorais, conforme René Remond (1998, p. 49), são parte integrante das eleições. Compõem seu “primeiro ato” e talvez sejam seu momento mais extenso. As campanhas não são unicamente a “manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos”, mas também a operacionalização de “estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”. A chefia provincial buscava assegurar um terreno confortável para a campanha, ciente das investidas do governador desde o ano de 1935. Por trás da cordialidade daquela audiência havia uma enorme tensão entre os dois grupos políticos ferrenhamente antagônicos.

De acordo com o jornal *A Notícia*, após a definição das “correntes democráticas em face da sucessão presidencial, e, conseqüentemente, em face das sucessões governamentais e municipais”, entrava em jogo e começava a “articular-se, da mesma forma e pelos mesmos processos, a corrente antidemocrática chefiada pelo sr. Plínio Salgado”. Desse modo, após uma reunião realizada em Joinville, com a presença de partidários da AIB oriundos de diferentes regiões do estado, na segunda semana de junho partiriam de automóvel para o Rio de Janeiro Josino da Rocha Loures, Marinho de Souza Lobo e José de Carvalho Ramos (mais conhecido por Juca Ramos). Os três eram membros do núcleo da AIB de Joinville.

Pelo que a imprensa conseguiu apurar, aqueles homens provavelmente iriam à Capital Federal em razão do “Esperado”: “tratar da articulação dos elementos integralistas em torno das sucessões presidencial, governamental e municipal, a fim de orientar a campanha em nosso Estado” (Articulam-se [...], 1937, p. 1). A “Caravana Verde” — como se referiu *A Notícia* —, se soube depois que tinha a intenção “de satisfazer um forte desejo do Chefe Nacional do Integralismo”. Diante das movimentações para a sucessão presidencial, estadual e municipal, Plínio Salgado manifestara interesse em tratar com Marinho de Souza Lobo,² um recém ingresso nas fileiras AIB, por julgar ser este um dos mais capazes de orientar e dirigir a

2 Marinho de Souza Lobo era advogado e desembargador e pertencera ao PRC. Casou-se com uma das filhas do histórico republicano de Joinville Abdon Baptista e atuou por muitos anos no serviço público, além de ter sido prefeito de Joinville entre 1922 e 1926 (Memória Política de Santa Catarina, 2023).

campanha do integralismo em Santa Catarina (Entre [...], 1937, p. 10). Embora cristão-novo, era um nome experiente na política estadual, antes pertencente às fileiras do PRC e, com pouca dúvida, isso pesou na decisão de Salgado.

A *Notícia* ironizou o fato de partirem juntos Juca Ramos e Marinho Lobo. O fato “se tornou chocante para muita gente”. Isso ocorreu porque na ocasião da vitória do movimento de 1930, Juca não poupou seus ataques a Lobo, que pertencia à então administração municipal deposta em Joinville. “Qual será a apresentação que esse prócere integralista fará do sr. Marinho Lobo ao Sr. Plínio Salgado?” — gracejavam os editorialistas. Os políticos, dizia o jornal, acompanhavam “bem o tempo em suas constantes mudanças...” (Entre [...], 1937, p. 10).

Além do mais, *A Notícia* divulgou que teriam se formado duas correntes dentro das fileiras do integralismo em Santa Catarina ante a sucessão governamental: uma ala seria a favor da candidatura de Souza Lobo e outra do também desembargador Heráclito Carneiro Ribeiro, igualmente recém ingresso na AIB (Entre [...], 1937, p. 10). Heráclito havia certamente ganhado prestígio entre os integralistas do estado quando, nas eleições de 1936, como membro do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, fez decisões favoráveis aos integralistas e contrárias aos interesses do governador e do PLC (Hackenhaar, 2019). Ao retornarem do Rio de Janeiro, a caravana traria a decisão do Chefe Nacional do partido. Ao fim, os jornalistas deixaram margem para os leitores questionarem a respeito do chefe provincial da AIB naquela circunstância: “Porém, o sr. Gama d’Eça? – perguntarão os do sul, sabemos lá!...” (Entre [...], 1937, p. 10).

Ao se despedirem de Salgado, talvez os camisas verdes catarinenses tenham retornado ao seu estado um tanto decepcionados. Dizia uma reportagem que o Chefe Nacional se encontrava “bastante esperançado em Santa Catarina” — certamente porque sabia das amplas adesões ao integralismo existentes neste estado do Sul. Entretanto, o Chefe se negara “a discutir o caso da sucessão estadual”. A despeito dessa decisão, os nomes cogitados para a possível candidatura ao executivo estadual ainda ficariam entre Heráclito Ribeiro, Marinho de Souza Lobo e — agora, era mencionado — Othon Gama d’Eça. Sem dúvida, o anseio em discutir a sucessão para o governo do estado partiu das lideranças e bases da AIB em Santa Catarina. A Salgado, interessava mais naquele momento dirigir sua campanha para a presidência da República que havia recém iniciado. *A Notícia*, em face da situação, alegou: “Estão verdes!” (Os integralistas [...], 1937, p. 3).

O tom galhofeiro escondia um temor quanto à possibilidade dessa organização precoce concretizar sucessos futuros. Isso se revelou quando, em meados de julho, o jornal divulgou uma entrevista concedida à Rádio Tupy, no Rio de Janeiro, pelo desembargador catarinense Gil Costa. O magistrado, apoiador de Armando de Salles, condenou “a política de campanário exercida pelos pequenos partidos da sua terra natal, que não querem compreender a necessidade de uma junção para combater o surto extremista”. Ademais, afirmou “com convicção” que em Santa Catarina se travaria “a maior batalha em prol da democracia” e asseverou “que, jamais, este Estado será totalitário. À mercê de Deus, o surto mórbido das ideologias verdes sofrerão ali a sua grande derrota” (“Sta [...], 1937, p. 1).

É evidente como, após as iniciativas dos integralistas se movimentarem para a sucessão estadual, se intensificaram as críticas ao movimento por *A Notícia*. Desde o segundo semestre de 1935 e ao se aproximar as eleições de março de 1936, o jornal atacava o integralismo com o objetivo de enfraquecer sua campanha para a prefeitura municipal de Joinville, a qual Aristides Largura era candidato. Ao ser vitorioso, as críticas arrefeceram um pouco, fazendo com que até alguns elogios esporádicos fossem feitos à administração do prefeito verde (Wendland, 2011). A abertura de um novo *tempo da política*, — período no qual se percebe mais intimamente o político como parte da vida social (Kuschnir, 2005, p. 8) —, trouxe de volta essas tensões.

A estratégia mais mobilizada não só por *A Notícia* para provocar os integralistas era divulgar as “defecções” nos quadros partidários. Em editorial de 4 de agosto, o jornal zombou de uma “confissão espontânea” publicada no *Anauê*, folha do núcleo joinvilense da AIB, “de que novas defecções se hão de verificar no integralismo local”. Isso era sinal, para o periódico, “do enfraquecimento cada vez mais evidente das hostes sygmáticas”.³ O periódico ainda cobrou a divulgação dos nomes daqueles que teriam abandonado o partido. Ao fim, sentenciou: “E... adeus oh! belo sonho de Presidência de Estado” (Confissão [...], 1937, p. 3). Diante do espectro integralista que rondava o estado, desde pelo menos o segundo semestre de 1934, era preciso o jornal de alguma forma intervir no processo político.

A escolha dos candidatos da AIB e a oposição de “A Notícia”

3 O termo “sygmáticas”, mantido aqui conforme registrado na documentação original, refere-se à letra grega sigma (Σ). Esse símbolo era utilizado por membros da AIB em bandeiras, braçadeiras, uniformes e outros objetos de uso político, representando a ideia de “unidade”.

As articulações dos camisas verdes de Santa Catarina voltaram a ocupar as páginas de *A Notícia* a partir da segunda metade do mês de setembro. No dia 16, o jornal divulgou que no domingo, dia 19, os integralistas se reuniram em Florianópolis para decidir os indicados a deputados federais e senador; “Um nervosismo infrene domina as hostes cor de capim”, dizia o editorial. “A hora é trágica e cômica ao mesmo tempo, pois, as poltronas são poucas e os seus aspirantes são muitos”, complementavam. Uma “nuvem de divergências” tomava a dita “concha verde” quanto à seleção dos candidatos. As escolhas, provocou o jornal, inevitavelmente causariam “desgostos íntimos, anseios insatisfeitos, esquecimentos imperdoáveis”.

A cadeira de senador, pelo que se especulava nos bastidores, ficaria com Heráclito Ribeiro (antes cotado para governador), sem contar com competidores. Quanto aos deputados, *A Notícia* recebeu um telegrama da capital informando que seriam indicados por Plínio Salgado Rocha Loures (“com grande bagagem política e altos serviços prestados ao estado”), Juca Ramos (“com acervos tão brilhantes quanto o outro, prestados a formação do primeiro diretório liberal desta cidade”), além do dito “General Rosinha” (Vieira da Rosa, do núcleo de Florianópolis) e “o Baby” (chefe provincial da AIB, Othon Gama d’Eça) (Os arraiais [...], 1937, p. 1).

Uma espécie de ala B dos indicados a deputado, especulavam, contava com José Ferreira da Silva (presidente da câmara de vereadores de Blumenau), Emílio Cardoso, Carlos Sada (da ala estudantil da AIB de Florianópolis) e Antonio Dib Mussi (chefe do núcleo da AIB de Laguna). Escreveram os jornalistas que algum leitor poderia indagar a ausência do nome do “conspícuo advogado” Marinho Lobo nas indicações para deputado. Assim, outras vezes responderiam: “Para este, e o [Aristides] Largura, fica em jogo a cadeira de governador do estado”. Era questão de dias para a decisão, afirmavam. “A procissão ainda vai na praça, mas antes de chegar a porta do adro, a debandada será geral [...]” — dizia *A Notícia*, dando a entender que antes das decisões finais, tudo ainda poderia mudar (Os arraiais [...], 1937, p. 1).

Algum tempo depois da escolha dos candidatos, em matéria de 22 de setembro, o jornal divulgou que, com o passar dos dias, mais se acentuava “irrefragavelmente, de maneira condigna e insofismável, a natural repulsa dos catarinenses livres contra os regimes de força que se esboçam”. Caracterizavam o integralismo como portador de uma doutrina “francamente subversiva e violenta”, o que o fazia se revelar como “o partido ditatorial,

totalitário, absorvente da soberania e da opinião pública” (Um ultraje [...], 1937, p. 1). Essas críticas, porém, tinham função distinta daquelas desferidas por movimentos de esquerda de caráter antifascista de alguns anos antes (Cf. Prestes, 1997). Tal caráter autoritário do movimento, conforme *A Notícia*, teria se mostrado no processo de escolha dos nomes da AIB que representariam Santa Catarina na Câmara Federal. Os métodos teriam sido “um insulto à opinião livre de Santa Catarina”. A razão disso fora porque o “povo, nem sequer os próprios integralistas”, foram ouvidos ou consultados, em conformidade aos “mais rudimentares princípios de Democracia”. Além do mais, a indicação dos nomes de Rocha Loures e Juca Ramos por parte do “conluio absolutista”, mais que fruto de imposição abrigava um conjunto de “imperfeições” (Um ultraje [...], 1937, p. 1).

Rocha Loures, matérias antes elogiadas por *A Notícia*, agora era dito despossuir “credenciais para representar o Estado no Congresso Nacional”; “Que é de sua bagagem de serviços prestados a Santa Catarina?”, questionavam. Loures era do Paraná e habitava Santa Catarina há apenas 3 anos e, portanto, não conhecia as necessidades do povo catarinense. Assim, não poderia abrigar os anseios e sentimentos do estado. Feita “a ponta de dedo pelo sr. Plínio Salgado”, igualmente desconhecedor e desinteressado no povo catarinense — dizia a matéria —, a escolha significava a incoerência da “democracia integral” integralista. Para *A Notícia*, a democracia integralista era caricata e julgava ser Santa Catarina um “burgo desmantelado e apodrecido, desmoralizado e sem vontade” (Um ultraje [...], 1937, p. 1).

Prometia o jornal que Salgado em breve teria mais notícias de Santa Catarina, de sua “altivez e dignidade”, haja vista a manifesta indignação dos “co-estaduanos” da região serrana contra a “cesariana” imposição do “Chefe Nacional” da AIB (Um ultraje [...], 1937, p. 1). O periódico certamente se referia às elites políticas da região de Lages, representadas especialmente pela família Ramos, do PLC. Esses grupos provavelmente incomodaram-se com a intromissão externa de Salgado nos negócios políticos do estado. Porém, isso era algo esperado pelo fato da AIB ser um partido nacional.

Juca Ramos (sobrinho do governador Nereu Ramos), “a outra vítima da ‘escolha’ infeliz”, era elogiado pelo jornal como exemplar chefe de família, cavalheiro e figura alheia à atitude de Salgado. Juca, porém, levado pelo PLC a ocupar a vaga de escrivão federal em Joinville, era figura que nunca tivera contato com as massas. Não era estudioso e nem mesmo conhecia as necessidades do mundo da política, dizia o editorial. Por essas razões, não era capaz de ser guiado a representante de Santa Catarina nas poltronas do Palácio Tiradentes.

Além do mais, diziam não ser idôneo da parte do integralista ser funcionário público (indicado pelo partido do tio, como antes dito) e ocupar um cargo federal para defender suas ideias verdes (Um ultraje [...], 1937, p. 1).

As escolhas de Plínio Salgado teriam acendido “uma flagrante reação no eleitorado livre do Estado” — aqueles ainda identificados com o PLC, o PRC e demais agremiações políticas estaduais, pode-se supor. O jornal dizia acreditar que o eleitorado, integralista ou não, demonstraria nas urnas que o povo catarinense se pretendia livre e desejoso de romper com “a ‘cadeia’ com a qual o ‘chefe nacional’ pretende algemar a vontade alheia”. Isso porque, “apesar dos pesares, Santa Catarina é um Estado livre, autônomo e soberanamente democrático”. A tal democracia integralista, acusavam, era um objeto fabricado e imbuído de incoerências por submeter-se aos “mandonismos” do chefe (Um ultraje [...], 1937, p. 1).

Em outra reportagem, publicada no dia seguinte, 23 de setembro, *A Notícia* voltava a criticar a AIB alegando a “chapa integralista” afigurar-se “uma multicolor colcha de retalhos”. O candidato ao senado, desembargador Heráclito Ribeiro, era baiano. Rocha Loures era paranaense e Juca Ramos “natural do Centro” (Lages), ambos candidatos à Câmara Federal. Magoava e provocava revolta nas “tradições” catarinenses “o fato de se pretender consumir em nosso Estado, flagrante intromissão estranha e desambientada na sua vida política e social” (O integralismo [...], 1937, p. 8).

A matéria ainda confirmou o fato de Marinho de Souza Lobo ser o candidato à sucessão do executivo estadual — “uma das últimas aquisições do sigma”. Face a essa decisão, já se especulava em torno dos quadros a comporem o governo caso fossem eleitos os camisas verdes: Aristides Largura (que chegou a ser especulado para concorrer ao executivo) ficaria com a Secretaria do Interior e Justiça e o dr. Plácido Gomes de Oliveira, teria seu papel designado para o Departamento de Saúde Pública (O integralismo [...], 1937, p. 8). Ambos ocupariam funções para as quais tinham experiência prévia. Largura, de 1933 até 1935, foi Inspetor de Ensino (Wendland, 2011). Plácido Gomes então ocupava a Diretoria de Higiene de Joinville desde o início da década (Graper, 2023).

Com a saída de Largura da prefeitura, o espaço então ficaria vago. O núcleo joinvilense da AIB não deixaria de competir pelo cargo nas eleições municipais vindouras: uma ala dos camisas verdes, majoritária, pretendia apresentar o então vereador pela AIB Otto Pfuetszenreuter como candidato a prefeito; outra ala, minoritária, acreditava ser José Koerbel Junior (“também paranaense”, destacava o jornal) o nome ideal. “Mas, como tudo depende

da palavra do ‘arcanjo’, em última instância, tudo o que se diz ou que se escreve não passa de um balão de ensaio”, afirmava *A Notícia* em tom de crítica.

Por tudo depender das escolhas a dedo do “Chefe Nacional”, o periódico argumentava não ser viável “levar a sério as ‘démarches’ que se vêm processando nos arraiais verdes”. As iniciativas de projeção futura advindas das bases da AIB em Santa Catarina poderiam ser facilmente dirimidas pela “escolha” por parte do líder do “partido totalitário”. “A opinião de seus adeptos, não tem valor”, complementava. “A soberania popular é frase morta que se lê na cartilha sigmática como só tendo uma missão — a de obedecer cegamente, votando sem perguntar em quem”, sentenciava o jornal, peremptoriamente (*O integralismo [...]*, 1937, p. 8).

Seja como for, independente das críticas de *A Notícia*, à contraluz dos editoriais zombeteiros ditados por Aurino Soares, é perceptível como os integralistas catarinenses, empolgados por suas vitórias no ano anterior — cientes de seu espaço de experiência, diria Koselleck (2006) —, se esforçaram em projetar formas de alcançar o poder, não só por meio de cargos legislativos federais, mas também pelo executivo estadual. Auto apresentados nacionalmente como um movimento cultural e espiritual com expressões partidárias, os integralistas “sempre tiveram em vista a conquista do Estado, ou seja, o poder” (Bertonha, 2016, p. 70). Em acordo com as considerações de Koselleck (2006), tinham um horizonte de expectativa bem delimitado e não vacilaram em se mexer para concretizá-lo. O presente era rico de imprevisibilidade, mas o passado recente alimentava esperanças. Informados disso, deram seu jeito para gerir o futuro.

Comício pró-democracia, a “crise salgada” e boicote eleitoral

No mesmo domingo em que seriam decididos os candidatos ao Senado, à Câmara Federal e à sucessão estadual pelos integralistas de Santa Catarina, 19 de setembro, os responsáveis por *A Notícia* decidiram organizar um comício na cidade de Joinville. Conforme edição do dia 16 daquele mês, dizia-se que o “comício que se vai realizar domingo próximo, nesta cidade, é puramente pró-Democracia”. Não se tratava de um evento em favor dos “candidatos democráticos” Armando de Salles Oliveira e José Américo de Almeida, nem em prol das “facções partidárias” de Santa Catarina, obedientes às orientações de Nereu Ramos (PLC), Henrique Rupp Junior e Aristiliano Ramos.

O comício tinha por objetivo “congregar a todos os elementos democráticos, sem distinção de cores políticas”. O encontro representaria “a união de todos os bons patriotas que mourejam sob a bandeira da Democracia”. A ideia da Democracia seria o denominador comum que guiaria todos os presentes naquele domingo. Na acepção do editorial, a democracia pressupunha “a existência de uma massa educada e culta”. Doravante, a tribuna, a cátedra e a imprensa deveriam promover os ensinamentos necessários para a formação dessa educação cultural democrática. Assim, reiteravam: “Não é partidário e nem de propaganda eleitoral” (Evitemos [...], 1937, p. 3 e 12). Possivelmente, *A Notícia* buscou inspiração em manifestações contrárias ao integralismo e favoráveis à democracia que vinham ocorrendo, pelo menos desde o mês anterior, em outras regiões do país, como o estado do Rio de Janeiro (Fagundes, 2024).

Um dia antes, divulgou-se o ponto de encontro do comício ser justamente em frente à sede e redações do jornal *A Notícia*, na Rua Conselheiro Mafra, n.º 133. Às 19 horas, reunidos, rumariam os manifestantes acompanhados de uma banda de música para a Praça Carlos Gomes (atual Praça Nereu Ramos) para efetuar “o grande comício de propaganda democrática”. Prometia-se o discurso de “brilhantes e eruditos tribunos conterrâneos” membros da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC): dr. Ivens de Araújo (líder da maioria na ALESC), Drs. Renato Barbosa, Paulo Medeiros, Carlos Gomes de Oliveira, Plácido Olympio da Silveira, Ivo d’Aquino, Chichorro Netto e Leonel Costa, e os Srs. Arnaldo Santhiago, Marcílio Santhiago, José Américo Dias Barreto e outros. Até aquele momento, “importantes adesões” foram recebidas pela “Comissão de Propaganda Democrática”. Portanto, previa-se que o comício seria “estrondoso, de uma alta expressão política, que marcará época nos anais da Democracia joinvilense” (O comício [...], 1937, p. 9).

Dia 26, o jornal replicou uma nota publicada pelo periódico de Florianópolis *A República*, pertencente ao PLC de Nereu Ramos. Reportava a pequena matéria que o comício organizado por Aurino Soares, proprietário de *A Notícia*, fez Joinville fremer “horas a fio sacudida da mais intensa e exaltada vibração patriótica, condenando em praça pública as ideologias mórbidas e bastardas, que não condizem com as suas tradições de cultura e de civismo”, apesar do “schisto integralista que lhe emperra e afeta a vida administrativa”, em alusão à gestão municipal de Largura. A manifestação, além da Praça Carlos Gomes, desfilou pela rua do Príncipe e adjacências, “dando vibrantes vivas à liberdade e às autoridades constituídas, victoriando de contínuo o nome honrado do Governador Nereu Ramos” e

repelindo publicamente de modo violento a política “preconizada pelos adeptos de Moscou, bem como, a panaceia estadística” prescrita “pela charlatanice do sr. Plínio Salgado”. Ao que foi dito pelos manifestantes, Salgado não tinha “saúde física nem mental” para orientar o Brasil (Formidável [...], 1937, p. 1). Nota-se, a bem da verdade, como o comício tinha, apesar de negar, suas preferências políticas. Seus promotores estavam em consonância com as medidas e anseios do governo de Nereu Ramos.

Cerca de duas semanas depois do comício, o jornal *Sul do Estado*, de Laguna, em alusão ao episódio ocorrido em Joinville, reivindicou que “paradas cívicas dessa ordem devem ser realizadas em todo o território catarinense”. Portanto, aquele jornal patrocinaria “comício democrático” similar a ser efetivado em sua cidade sede. *A Notícia*, com base naquelas intenções, afirmava: “Toda a imprensa do Estado foi unânime em aplaudir essa iniciativa magnífica que brotou em Joinville e se corporificou numa das mais formidáveis expressões democráticas de nosso nobre Povo”. As intenções manifestadas “pela direção daquele estimado confrade da terra de Anita Garibaldi” provavam, dizia o jornal, “que a semente não foi lançada em terra sáfara”. O editorial de *A Notícia* confiava que “nos demais municípios catarinenses” realizar-se-iam manifestações de igual feitio, com a função de esclarecer aos “patrícios” do estado acerca dos efeitos prejudiciais de credos alienígenas (Pró-democracia [...], 1937, p. 3).

Santa Catarina, nas palavras de *A Notícia*, carregava “no atual momento uma das mais graves responsabilidades na defesa do regime republicano”. Apesar de muitos argumentarem que o estado não seria “cobaia” para experiências de caráter messiânico com ideologias pretensamente salvadoras, não foi possível impedir o aparecimento, em “diversos municípios, de operosas populações tristemente ludibriadas, entregues a administração duma facção violenta e retrógrada, impregnada de fanático obscurantismo”. Essas administrações apenas não teriam empregado “meios drásticos da totalização porque as Prefeituras não dispõem de máquina policial e judiciária propícia”. Não obstante, *A Notícia* enfatizava um certo efêmero espírito de união contra a referida situação que prevaleceu naquelas mobilizações:

Verifica-se, na hora presente, uma enérgica reação das correntes democráticas catarinenses, no patriótico empenho de restringir, anular, até, o surto da extrema-direita que nos ameaça. Governo e oposição, lutam ombro a ombro, esquecidos os momentâneos desentendimentos políticos, para dominar a epidemia fascista. Nas colunas da imprensa, na tribuna da Assembleia, nos comícios de propaganda,

defende-se, acima de tudo, o regime e as instituições liberais-democráticas (Tudo [...], 1937, p. 9).

Ainda, após o comício do dia 19, uma informação polêmica veio às páginas da imprensa. Em edição do dia 23, os editorialistas de *A Notícia* mencionaram que, por intermédio da esposa de um militar, uma “pessoa séria e digna de respeito”, foi tomado o conhecimento de que, durante o comício de domingo, dois camisas verdes posicionados na fachada da pensão Dona Francisca, localizada em frente à sede de *A Notícia*, “tramavam um golpe hediondo para eliminar o nosso diretor, pela sua atividade incansável em favor da coletividade na defesa desassombrada da Democracia”. Os jornalistas diziam não imaginar que o “comício de propaganda democrática” viria a “acarretar tal soma de rancor e mesquinhez contra o nosso diretor, jornalista Aurino Soares, de parte dos que vociferam e ameaçam”.

Mesmo que o suposto plano dos integralistas se efetivasse, alegavam os jornalistas que, naquela casa, Aurino Soares “teria os seus continuadores, mais implacáveis ainda contra todas as infâmias e todas as felonias”. Ainda que não portassem “revolveres na cintura”, os jornalistas de *A Notícia*, diziam eles próprios, continuavam “encouraçados na nossa estrutura moral, defesos pela nossa causa que, intangível pelos verdes, só encontram o recurso de combate na pessoa de seus defensores” (No comício [...], 1937, p. 8).

Não se sabe o grau de factibilidade do boato. Mas, na certa, sua divulgação foi instrumentalizada contra os avanços da AIB. Outra matéria publicada alguns dias depois mencionava como pelo Brasil vinham se realizando encontros e comícios públicos cujos objetivos eram fazer “volver para a Democracia aqueles elementos que se haviam dela afastado, para abraçar os extremismos, seduzidos pela beleza exterior das ideologias verde-rubras”. Tais ações vistas como eminentemente nacionalistas, “tem aberto formidáveis claros nas fileiras integralistas, por meio das constantes defecções que a seita verde vem sofrendo nestes últimos tempos”, afirmaram.

Em Joinville, a matéria afirmava que logo após o comício de domingo, 19, registraram-se no estado “novas e numerosas defecções nas hostes verdes”. Uma delas teria sido a do chefe do departamento dos plinianos da AIB em Santa Catarina, o qual “ingressou nas fileiras democráticas, fazendo profissão de fé na União Democrática Brasileira” (partido de Armando de Salles Oliveira). De fato, vários abandonos do partido foram divulgados no jornal naquelas

semanas. Essas defecções, segundo o periódico, acentuavam “mais e mais o franco desprestígio da doutrina integralista em Santa Catarina” e faziam os camisas verdes saírem pelas colunas “de seus repelentes pasquins a vomitar calúnias e mentiras, num desespero inútil e merecido”.

Assim, o “jornaleco” *Anauê*, pertencente aos quadros da AIB de Joinville, segundo *A Notícia*, acusou Aurino Soares de subir no palanque durante o comício e viver Armando de Salles e depois viver também José Américo de Almeida, “para não contrariar o Dr. Nereu Ramos” – cujo apoio depositara no candidato paraibano. *A Notícia* pretendia desmentir tal acusação, “pois o nosso diretor somente viveu aos Srs. Armando de Salles, Nereu Ramos e Carlos Gomes”. Além do mais, afirmava o jornal que problema nenhum haveria caso o diretor do jornal isso o fizesse, pois o fim do comício não era a candidatura de qualquer um daqueles “dois eminentes brasileiros, tratando-se imensamente de um comício pró-Democracia e nós os consideramos a ambos pertencentes a ela” (Uma bola [...], 1937, p. 1).

O conflito com os integralistas continuou em outubro. No dia 1^o, uma manchete afirmava: “Anuncia-se existir gravíssima cisão nas fileiras integralistas”. Corria entre os círculos políticos a informação de que Plínio Salgado teria encaminhado uma carta a Othon Gama d’Eça, “declarando querer a inclusão na chapa catarinense dos nomes de Miguel Reale e Madeira de Freitas”. Portanto, ficavam “escorraçados os Srs. Gama d’Eça e Rocha Loures da chapa”. Em decorrência do desapontamento com a decisão de Plínio Salgado, “numerosos integralistas” teriam abandonado as fileiras do partido, entre eles Emílio Cardoso e Arnaldo Suarez Cuneo (Anuncia-se [...], 1937, p. 1).

No entardecer do mesmo dia, pelo centro de Joinville, após o anúncio por alto-falante da referida notícia, estouraram no ar alguns foguetes. Como reação à sincronia daqueles dois eventos, por “maldade” alguém atribuiu ao corpo editorial de *A Notícia* a responsabilidade do lançamento dos fogos “em sinal de regozijo”. “Mas não, absolutamente, não fomos nós os ‘fogueteiros’ e sim os homens do Circo Americano que, por essa forma, anunciavam a sua função de ontem à noite”, contrariava o jornal, em resposta àquelas acusações. Além do mais, caracterizavam como “mesquinho esse espírito de intriga, essa prevenção idiota, esse ridículo faro adivinhatório”. Prometia *A Notícia* não se curvar aos “processos de nossos adversários” que “não nos seduzem para que nos abalançassemos a imitá-los” (Não [...], 1937, p. 1).

Em outras reportagens, o possível de ser lido era logo o oposto ao que prometiam. No dia seguinte, uma nota provocava os integralistas do estado em face da decisão de Salgado:

“nada mais lógico que um natural ressentimento nas hostes verdes locais que, seja como for, preferem para a representação parlamentar por Santa Catharina, correligionários já aqui radicados, embora há pouco tempo”. Mesmo antes tendo nutrido posição crítica aos nomes de Rocha Loures e Juca Ramos, o jornal buscava alimentar o desgosto pela atitude do Chefe Nacional e, eventualmente, provocar cisões. “Ao ‘onipotente arcanjo’, pouco se lhe dá a opinião de seus correligionários. Dentro da seita, quem tem direito a querer é somente o ‘chefe’. O resto do ‘bando’, que obedeça ou debande”, reiterava o editorial.

A situação, caracterizada como uma “crise”, àquela altura estava azeda e de maneira fatal, viria a tornar-se “SALGADA!...”. Em virtude “dessa moderna concepção de disciplina partidária” imposta pelo integralismo, os não habituados a tais moldes vinham percebendo há “tempo dos manejos despóticos absolutistas” do fascismo brasileiro; isso fazia coçar “as orelhas” e “funcionar o cérebro”. O saldo da crise salgada era “a debandada”, a qual já havia começado; “daqui a pouco estoura defecção geral”, diziam — ou melhor, esperavam (Crise [...], 1937, p. 8). Havia exagero naquelas afirmações.

Importante lembrar, em acordo com as considerações de Rémond (2003, p. 49): as campanhas eleitorais não são rígidas e muito menos permanecem iguais do início ao fim. A bem da verdade, se modificam “a cada dia as intenções e talvez a relação de forças”. Talvez pela força do eleitorado catarinense, Salgado optou por colocar quadros de destaque da AIB nacional para representar o estado. Esse parece ter sido o caso, quando retirou os nomes dos integralistas de Santa Catarina à Câmara Federal (Rocha Loures e Juca Ramos). A imprensa, evidentemente, usou o fato de pretexto para fazer polêmica e tirar seus dividendos políticos.

Em fins de setembro, ao retornar de Santa Catarina à Capital Federal, o deputado Carlos Gomes concedeu uma entrevista ao *Correio da Manhã*. Entre outras coisas, o jornalista do periódico carioca perguntou: “— E o integralismo?”. “— Quanto ao integralismo, ainda tem ali certa força, mas vai perdendo o impulso. A ação do governo, bem orientada, haverá fatalmente, de reduzir esse inimigo do regime”, respondeu (Fala [...], 1937, p. 3). Nas entrelinhas de sua resposta, o deputado por Santa Catarina deixava ver as medidas que vinham sendo empenhadas pelo governo estadual contra a AIB.

Ao longo do segundo semestre de 1937, não cessaram os esforços em boicotar as atividades integralistas. Vale lembrar o assassinato de Ricardo Gruenwaldt (chefe local e presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul pela AIB) pelas forças policiais do estado em 13 de agosto. No início daquele mês, Nereu Ramos havia visitado a cidade com

vistas a apaziguar a situação. O próprio *A Notícia* foi ameaçado de empastelamento pelo governo caso prosseguisse na divulgação do episódio violento (Hackenhaar, 2019, p. 81-89).

Em 15 de outubro, *A Notícia* divulgou que em regiões como Jaraguá, Joinville e Blumenau, com o argumento de não saberem falar “uma palavra sequer de português”, estavam sendo indeferidas “inúmeras petições eleitorais” e outros títulos sendo caçados “sob o fundamento de analfabetismo”, pois muitos naquelas cidades não sabiam “nem assinar o nome”. Como era de “domínio público”, era justamente nestas regiões, especialmente entre os teuto-brasileiros, que o integralismo mais angariava forças em Santa Catarina. Logo, com as “hostes verdes” desfalcadas, “a grita foi grande e agora o sr. Plínio Salgado vem debater às portas do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral” com uma petição de cinco itens (Doeu [...], 1937, p. 10). Era evidente se tratar de um boicote eleitoral e o Chefe Nacional, rapidamente, agiu contra.

“A Notícia” clama aos dissidentes, o perigo verde e o choque de expectativas do 10 de novembro

Na capa da edição do dia 29 daquele mês, a questão da sucessão ao executivo estadual voltou à tona: “Para os camisas verdes o caso da sucessão governamental do estado já é questão aberta”. Apesar dos integralistas tentarem esconder “nas dobras de sua política sinuosa”, as decisões feitas nos bastidores — dizia *A Notícia* —, àquela altura já se sabia da definição de Marinho de Souza Lobo como candidato da AIB a governador de Santa Catarina (seu retrato constava junto à matéria). Reiterava-se, igualmente, o afastamento de nomes como Othon Gama d’Eça e General Vieira da Rosa para disputar aquele cargo. Apenas Marinho Lobo iria se incumbir “de enfrentar o candidato ou candidatos da democracia”. A matéria terminava em tons tanto jocosos quanto herméticos: “A procissão, entretanto, anda ainda ali na praça, não tardando, todavia, que chegue à porta da Igreja, quando então será chegada, também, a hora das penitências. Xuxu não é melão [...]” (A caminho [...], 1937, p. 1).

Na mesma primeira página da referida edição, foi publicado um longo texto intitulado “Santa Catarina repudia o extremismo. Em defesa da democracia”. Abaixo do título e subtítulo, foram estampados, lado a lado, da esquerda para a direita, retratos de Adolpho Konder (líder do PRC), Aristiliano Ramos (dissidência do PLC), Nereu Ramos (governador e líder do PLC) e Fulvio Aducci (ala dissidente do PRC e chefe da União Democrática Brasileira em Santa Catarina, partido de Armando de Salles). Nesta reportagem, *A Notícia* fez uma análise

da conjuntura política estadual e, com isso, buscava interferir no processo da sucessão a governador e agendar eventuais posicionamentos dos principais representantes políticos catarinenses, os quais estavam todos fragmentados.

Ao observar o “panorama político” de Santa Catarina, segundo o jornal, “as perspectivas que se nos oferecem são as melhores possíveis”. Poderia se constatar, “sem grande esforço de análise”, o fato de neste estado de federação “não estarmos ameaçados pelo comunismo”. Santa Catarina e sua população sentiam-se “felizes e contentes dentro da democracia, não admitindo qualquer outra espécie de governo ou administração”. Assim, se podia considerar, de modo confortável, que era o comunismo em terras catarinenses “um inimigo integralmente desmoralizado, posto fora de combate sem mesmo haver terçado armas. Entretanto, para a democracia catarinense, existe um inimigo comum, que a espreita e se prepara à sua sombra para a conquista do poder” (Santa [...], 1937, p. 1 e 9).

Estas afirmações tinham fundo de verdade. O Partido Comunista do Brasil só conseguiria fundar um comitê em Santa Catarina em 1940. A Aliança Nacional Libertadora, quando esteve em atividade no estado durante o ano de 1935, não angariou muitos adeptos, se restringindo a Florianópolis, Itajaí, Canoinhas, Lages, além de ter quase alcance nulo entre os trabalhadores do Norte e Vale do Itajaí, em cidades como Jaraguá, Joinville, Blumenau, Rio do Sul, Timbó, Indaial, São Bento do Sul e Brusque, logo onde grassava a AIB (Martins, 1995).

Mas, como diziam, um “inimigo comum” efetivamente representava perigo maior para a “democracia catarinense”, e ele espreitava nas sombras para conquistar o poder. Evidentemente, referiam-se ao integralismo, “irmão siamês do comunismo, tão perigoso para as instituições e leis nacionais quanto o seu gêmeo”. Este deveria “ser combatido com a mesma intensidade, com o mesmo ardor e entusiasmo”, quanto seu irmão de cor vermelha. Devido a “fatores especiais”, “mais perigoso em nosso meio que o crime rubro” era a AIB. Isso ocorreria, segundo o jornal, em razão da tolerância excessiva dos responsáveis pela “estabilidade do regime” (Santa [...], 1937, p. 1 e 9). Parece que se referiam a Vargas.

Marcado por uma segunda grande onda anticomunista, — a primeira ocorrera no contexto da Insurreição de 1935 (Motta, 2002) —, em virtude das particularidades da constelação política catarinense, o segundo semestre de 1937 foi vivido neste estado da federação às avessas: o perigo não era vermelho, mas verde, isto é, a extrema-direita. O comunismo não causava temor nas elites e nem sequer possuía penetração entre os trabalhadores urbanos das regiões mais industrializadas de Santa Catarina (Norte e Vale do

Itajaí). Nessas regiões, era o integralismo a agremiação política com maior número de adesão entre esses setores. A AIB, surgida como uma nova opção para jovens grupos em ascensão social e com desejo de participação política, representava uma ameaça aos domínios das elites tradicionais. Caso os camisas verdes tomassem a máquina pública na mão, possivelmente o eventual enriquecimento ou favorecimento de empreendimentos pessoais por essas vias poderia produzir um novo grupo com poder de dominação política no estado.

Doravante, na visão de *A Notícia*, a opinião pública democrática presente entre o povo catarinense estaria pronta para se congrega unida, nas mesmas trincheiras, contra aquele movimento. De acordo com o periódico, o maior exemplo disso teria sido o comício Pró-Democracia do dia 19 de setembro — que, inclusive, repercutira em outras regiões do estado. Nesta direção, o jornal conclamou que, se “povo catarinense”, como verificado naquele episódio, “já se congregou, sem destinação de partidos” com o objetivo de manifestar “repulsa àquelas seitas, porque não se observar esse mesmo gesto de simpatia e patriotismo entre os chefes políticos desta grande terra?”. Falando para nomes como Adolpho Konder, Aristiliano Ramos, Nereu Ramos, Fulvio Aducci e Henrique Rupp Junior, *A Notícia* clamava por uma união entre políticos dissidentes contra o integralismo:

Porque não se fazer essa união patriótica entre os maiores da política democrática, renunciando nobremente às desavenças do passado, para, no mesmo plano e com a maior eficiência provinda de seus postos de chefes, preservarmos todos, gregos e troianos, a nossa democracia, que é a felicidade da nação?

Na visão do editorial, somente esta medida, de “congraçamento indispensável de todos os elementos democráticos do Estado”, poderia barrar o avanço do integralismo em Santa Catarina e evitar uma possível vitória do sigma no próximo pleito estadual (Santa [...], 1937, p. 1 e 9). As correntes políticas estaduais, na visão do jornal, deveriam evitar a repetição daquilo que viram em 1936: no contexto do primeiro ensaio democrático pós 1930, nas eleições municipais, as elites tradicionais viram seu poder escorrer de suas mãos em regiões onde historicamente exerceram seu domínio. Nesse contexto, em Jaraguá, Joinville e Blumenau as elites que antes competiam entre si pela administração local, republicanos e liberais, uniram-se contra os candidatos da AIB. Nas três cidades, viram-se derrotados (Wendland, 2011; Hackenhaar, 2019). Seria dramática a reedição desses episódios e se sabia das chances de se repetirem. Não obstante, democracia era a palavra de ordem que dava

sentido àquela luta política propalada pelo jornal. Todavia, evidentemente, um sentido estritamente limitado de democracia. Ademais, por mais contraditório que fosse, a vitória da AIB em 1939 seria sinal de um significativo avanço democrático, pois implicaria a quebra de hegemonia e o deslocamento de elites que se revezavam no executivo estadual desde o início da República.

As chances de vitória, conforme apontam alguns indícios, não eram desconsideráveis. Um brasileiro em visita a Santa Catarina no ano de 1936 escreveu a Oswaldo Aranha que ficara “tão impressionando com a popularidade do partido que chegou a predizer que o mesmo, num futuro próximo, captaria o controle político do Estado inteiro” (Hilton, 1977, p. 31). Um contemporâneo, anos depois, rememorou como a AIB “foi muito atuante” no estado. Destacou o sucesso do movimento nas ditas colônias estrangeiras, visto que, nas eleições de 1936, conquistaram as prefeituras “com certa facilidade”. “Eu não sei se eles teriam conquistado o Governo do Estado se não tivesse sido fechada a Ação Integralista”, completou; “É possível, não é? Que a força era muito grande, principalmente, como eu diria, na colonização alemã” (Lins, 1980, sem paginação). Soma-se a essas impressões, a fragmentação das forças oposicionistas em quatro correntes distintas.

Fazia alguns anos que a empresa de Aurino Soares estava em ascensão vertiginosa. Em 1934 *A Notícia* adquiriu a primeira linotipo do estado e no ano seguinte o jornal já possuía sucursais em Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Porto União e Mafra, onde certamente eram vendidos exemplares. Ademais, matinha correspondentes por várias regiões. Embora tenha passado por percalços em 1936, o ano de 1937 mostrou um revigoreamento, pois a maioria das suas edições circulou com 12 páginas (Ternes, 1983). Não há dúvidas de que era um dos periódicos de maior alcance em Santa Catarina no período. Tendo em mente essa sua “capacidade de influenciar a opinião pública” (Barros, 2023, p. 57), o jornal não abdicou de, naquele crítico momento, agir por meio de um “jogo de antecipações” (Barros, 2023, p. 54) ao sugerir uma saída para o impasse da enorme força do integralismo no estado: a união das correntes dissidentes. Era esse o horizonte de expectativa, para usar a categoria de Koselleck (2006), que *A Notícia* vislumbrava e propunha para o devir.

De um jeito ou de outro, o ensaio de aliança clamado por *A Notícia* não teve tempo hábil para avançar. Talvez, por parte de algumas figuras como Nereu Ramos, nem houvesse interesse, pois, em agosto, o governador já havia participado da reunião em Poços de Caldas, onde entre os governadores se combinou o Golpe de Estado (Camargo *et al*, 1989). Ademais,

pouco depois veio o 10 de novembro, que contou com a colaboração dos integralistas na produção de um clima propício à quebra do regime constitucional e na consulta a Plínio Salgado sobre a nova constituição, a quem também foi prometido o Ministério da Educação (Pacheco, 2023). Curiosamente, enquanto Vargas se aproximava de lideranças da AIB, como Salgado, em muitos estados predominava um clima de conflito com os integralistas (Hilton, 1977).

Na edição do dia seguinte ao golpe, *A Notícia* falou do estado de espírito de alguns integralistas. Ainda no dia anterior, quando chegaram por rádio as notícias, “um frisson desusado se apoderou dos camisas verdes, que não podiam ocultar o seu entusiasmo, a sua desmedida alegria, na doce suposição de que a anunciada hora de seu triunfo havia chegado”. Houve corre-corre “para os redutos onde se aglomeraram, a fim de ouvirem a palavra autorizada dos chefes e receberem ordens de posição”. Foi tomada de imediato a medida do toque de reunião nas sedes, em hora regimental, ao redor do alto-falante. Muitos vestiam trajes de gala e ajuntavam-se na expectativa de ouvir o pronunciamento. Chegado o momento tão esperado, à medida que avançava o discurso de Getúlio Vargas, responsável pelo golpe, “sentiam-se decepcionados, ao perceberem que os acontecimentos não tinham em mira extinguir o regime político vigente; ao contrário, as medidas patrioticamente adotadas visavam fortalecê-lo”. No dia seguinte, 11 de novembro, “arrefecido o entusiasmo, não mais manifestam aquela satisfação convictos de que a hora talvez jamais soará [...]”. (Decepção [...], 1937, p. 1).

Alguns camisas verdes buscaram ainda fazer algumas demonstrações no Dia da Bandeira, em 19 de novembro, nas cidades de Joinville e Florianópolis. No dia seguinte, o chefe provincial foi chamado pelo Secretário de Segurança Pública para ser informado da proibição de comícios e desfiles públicos. As ordens federais eram anteriores, mas chegaram em Santa Catarina somente no dia 19. Em Joinville, foram recebidas ordens para remoção dos cartazes da campanha de Plínio Salgado colocadas na fachada da sede do partido (Hackenhaar, 2019). Talvez os integralistas daquela cidade do Norte catarinense fossem os mais empolgados com a sucessão presidencial e a campanha de Salgado, haja vista vários representantes de Joinville terem sido indicados para concorrer aos pleitos de 1938 e 1939. Porém, para muitos, pensando com Koselleck (2006), a experiência imposta com o 10 de novembro entrou em contradição com as expectativas de tomar o poder. Dali em diante,

algumas possibilidades de futuro se encerraram e outras se abriram. Outras escolhas precisavam ser feitas.

Considerações finais

À altura da corrida eleitoral para o pleito de janeiro de 1938, os camisas verdes em Santa Catarina se mostraram politicamente maduros e representavam a segunda maior força política estadual, logo atrás do PLC de Nereu Ramos. O movimento se apresentou organizado e com largas ambições políticas, haja vista as indicações de nomes para o Senado, Câmara Federal, sucessão estadual de 1939 e, também, projetar, ao menos no município de Joinville, possíveis candidatos para as vindouras eleições municipais. Quanto à eleição para governador, também projetaram quadros que iriam constituir o governo, caso eleitos. Difícil, porém, é avaliar as implicações das “defecções” ocorridas no movimento naquele ano de 1937. De todo modo, estavam, ao seu modo, tentando gerir o futuro político do estado.

Os frequentes ataques da imprensa contra a AIB e os clamores por uma união entre políticos dissidentes podem ser vistos como indícios da aceitação do movimento em determinadas camadas sociais do estado, do vertiginoso crescimento da AIB e de um enorme mal-estar entre a imprensa e algumas frações das elites quanto às chances de o integralismo vir a ocupar a cadeira do executivo estadual. Ademais, “democracia” era o conceito amplamente mobilizado pela imprensa no ataque à AIB. *A Notícia*, igualmente, buscou intervir no rumo futuro dos acontecimentos, inclusive, propondo antecipadamente saídas para o dilema imposto diante da preparação dos camisas verdes. Contraditoriamente, o jornal, bem como demais opositores aos “antidemocráticos” do sigma, receberam de bom grado o veto à disputa política colocada pelo golpe de 10 de novembro de 1937.

Em diversas regiões do país houve divisão entre os integralistas em face do golpe: alguns aceitaram a ordem imposta, outros se acomodaram à nova situação (em especial, lideranças) e, uma fração optou pela revolta armada (Bertonha, 2014). Em Santa Catarina, houve quem se mobilizou para a tentativa de golpe de 1938 e Nereu, como interventor, usou a situação como subterfúgio para enfraquecer de vez o movimento (Hackenhaar, 2019). Não parece ter sido suficiente. Isso porque o clima anti-integralista veio a ser reeditado com ferocidade no contexto da Segunda Guerra Mundial, particularmente, no fremente ano de 1942. Do mesmo modo, naquele contexto, predominou a apreensão, sobretudo a antecipação quanto à possibilidade de o integralismo vingar vitórias futuras. A imprensa e o situacionismo

político, como era de se esperar, voltaram a se mexer. Esse debate consta em minha dissertação de mestrado, atualmente em desenvolvimento.

Referências

A Caminho da sucessão presidencial do estado. *A Notícia*, Joinville, 29 out. 1937, p. 1.

Anuncia-se existir gravíssima cisão nas fileiras integralistas. *A Notícia*, Joinville, 01 out. 1937, p. 1.

Articulam-se os camisas verdes. Demandam ao Rio de Janeiro os detentores do bastão do Sigma em Joinville. *A Notícia*, Joinville, 08 jun. 1937, p. 1.

Athaídes, Rafael. O integralismo e as eleições no Paraná na década de 1930. *Trilhas da História*, v. 11, n. 22, p. 179-195, 2022.

Barros, José d'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis: Vozes, 2023.

Bertonha, João Fábio. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: Eduem, 2014.

Bertonha, João Fábio. *O Integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia*. 1 ed. Salvador: Editora Pontocom, 2016.

Camargo, Aspásia *et al.* *O Golpe Silencioso: as origens da república corporativista*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editorial, 1989.

Confissão pela metade. *A Notícia*, Joinville, 04 ago. 1937, p. 3.

Corrêa, Carlos Humberto. *Um estado entre duas repúblicas: a revolução de 30 e a política em Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Editora da Ufsc, 1984. (Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina).

Crise... salgada. *A Notícia*, Joinville, 02 out. 1937, p. 8.

Da capital do Estado. *A Notícia*, Joinville, 25 maio, 1937, p. 10.

Decepção. *A Notícia*, Joinville, 12 nov. 1937, p. 1.

Doeu. *A Notícia*, Joinville, 15 out. 1937, p. 10.

Entre ex-desembargadores. Na guerra é como na guerra – Na política também é assim. *A Notícia*, Joinville, 10 jun. 1937, p. 10.

Evitemos as explorações enquanto é tempo. *A Notícia*, Joinville, 16 set. 1937, p. 3 e 12.

Fagundes, Pedro Ernesto. Plínio Salgado para Presidente! Os integralistas do estado do Rio de Janeiro na campanha presidencial brasileira de 1937. *Dimensões*, Vitória, v. 2, n. 53, p. 322-349, dez., 2024.

Fala ao “Correio da Manhã” o deputado Carlos Gomes. *A Notícia*, Joinville, 01 out. 1937, p. 3.

Falcão, Luís Felipe. A guerra interna (Integralismo, Nazismo e Nacionalização). Brancher, Ana. (Org.). *História de Santa Catarina: Estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 167-198.

Formidável reação democrática em Joinville. *A Notícia*, Joinville, 26 set. 1937, p. 1.

Gertz, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Gonçalves, Leandro Pereira; Caldeira Neto, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

Gonçalves, Leandro Pereira; Pacheco, Gabriela Santi; Rosa, Tamires de Moura Nogueira. Integralismo brasileiro e a circulação de ideias fascistas: Um diálogo intelectual sobre nacionalismo e corporativismo. *Projeto História*, São Paulo, v. 78, p. 12–39, set./dez., 2023.

Graper, Wesley dos Santos. Modernização capitalista e higienização do trabalho no campo em Joinville: uma análise histórica do periódico A Agricultura de Joinville (1933 – 1938). *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 34, n. 2, dez., 2023.

Hackenhaar, Clayton. *O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe de março de 1938*. 2019. 276 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

Hilton, Stanley. Ação Integralista Brasileira: o fascismo no Brasil, 1932-1938. In: Hilton, Stanley. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977. p. 23-57.

Koselleck, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

Kuschnir, Karina. Antropologia da política uma perspectiva brasileira. *Centre for Brazilian Studies*, Oxford, jan./mar., 2005.

Lins, José Antônio Navarro. *José Antônio Navarro Lins: entrevista oral* [12 set. 1980, Joinville]. Entrevistadora: Dúnia de Freitas Toaldo. Coleção “Geral”. Laboratório de História Oral da Univille (LHO/Univille).

Luca, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 111-153.

Martins, Celso. *Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995.

Memória Política de Santa Catarina. *Biografia Marinho de Sousa Lobo*. 2023. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/689-Marinho_de_Sousa_Lobo. Acesso em: 23 de outubro de 2024.

Moraes, Márcio. Uma campanha política para uma eleição que não aconteceu: as práticas propagandísticas dos integralistas em Garanhuns-PE (1936-1937). *Revista de História Regional*, v. 17, n. 2, p. 589-622, 2012.

Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002. (Estudos; 180).

Não, senhores, não fomos nós. *A Notícia*, Joinville, 01 out. 1937, p. 1.

No comício de domingo. Pretendiam assassinar o diretor desta folha. *A Notícia*, Joinville, 23 set. 1937, p. 8.

O comício de amanhã em favor da democracia. Falarão vários oradores. *A Notícia*, Joinville, 18 set. 1937, p. 9.

O futuro terceiro candidato surgira na arena à 15 do andante. *A Notícia*, Joinville, 06 jun. 1937, p. 3.

O governador do Estado recebeu em audiência especial o Chefe Provincial e seus Secretários. *Flamma Verde*, Florianópolis, 24 jul. 1937, p. 1 e 6.

O integralismo como partido político. Sucessão governamental e curul municipal. *A Notícia*, Joinville, 23 set. 1937, p. 8.

O jornalista Tito Carvalho, fala à “A Notícia” sobre o possível acordo político. *A Notícia*, Joinville, 28 fev. 1937, p. 8.

O sr. Plínio Salgado só será candidato à presidência da República imposto pela unanimidade de seus companheiros, que votarão em quem quiserem. *A Notícia*, Joinville, 28 abr. 1937, p. 1.

Os arraiais verdes em plena efervescência. *A Notícia*, Joinville, 16 set. 1937, p. 1.

Os integralistas nutrem esperanças... O chefe nacional nega-se a discutir o caso da sucessão estadual. *A Notícia*, Joinville, 16 jun. 1937, p. 3.

Pacheco, Gabriela Santi. Corporativismo no Brasil: relações do integralismo com Getúlio Vargas e o Estado Novo. *Manduarisawa*, v. 7, ano 1, p. 55-72, nov., 2023.

Plebiscito verde. *A Notícia*, Joinville, 25 maio, 1937, p. 1.

Prestes, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora — os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Pró-democracia. *A Notícia*, Joinville, 01 out. 1937, p. 3.

Rémond, René. As eleições. In: Rémond, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 37-55.

Santa Catarina. *Constituição do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

Santa Catarina repudia o extremismo. Em defesa da democracia. *A Notícia*, Joinville, 29 out. 1937, p. 1 e 9.

Sensacional! O sr. Plínio Salgado afirma que não está excluída a possibilidade de apoiar um candidato não integralista, desde que não seja inimigo. *A Notícia*, Joinville, 07 jan. 1937, p. 1.

“Sta. Catarina jamais será dominada pelos déspotas de fancaria”. Vibrante discurso do desembargados Gil Costa. *A Notícia*, Joinville, 20 jul. 1937, p. 1.

Ternes, Apolinário. *História do jornal A Notícia*. Joinville: A Notícia, 1983.

Trindade, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

Tudo pela democracia. *A Notícia*, Joinville, 01 out. 1937, p. 9.

Uma bola verde... *A Notícia*, Joinville, 28 set. 1937, p. 1.

Um ultraje à soberania popular. Os integralistas escolheram para deputados federais aos srs. Juca Ramos e Rocha Loures. *A Notícia*, Joinville, 22 set. 1937, p. 1.

Wendland, Daniely. *Integralismo, Círculo Operário Católico e Sindicatos em Joinville (1931-1948)*. 2011. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Zanelatto, João Henrique. *Imprensa e poder em Santa Catarina na Segunda República*. Curitiba: Editora CRV, 2022.

Zanelatto, João Henrique. *Região, etnicidade e política: o integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930*. 2007. 373 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.